

Rational use of medicines: knowledge of Dental Students

Marystela Gomes do Nascimento Vasconcelos¹  | Gleicy Fátima Medeiros de Souza¹ 
Tayná Lins Ferreira dos Santos¹  | Amanda Maria Ferreira Barbosa¹ 

¹ Faculdade de Odontologia de Pernambuco/Universidade de Pernambuco, Campus Santo Amaro, Recife, Pernambuco, Brasil

Aim: The knowledge about the concept, principles, and fundamental items for prescriptions based on the URM of students in the final periods of undergraduate studies in dentistry was evaluated.

Methods: This work was a descriptive study, with a cross-sectional and quantitative approach, conducted through the application of 152 questionnaires online, which was approved by CEP/ UPE no. 4,240,435/2020. Scores were given for the correct answers to the questions, with a grade equal to or greater than 7 being “good knowledge”; equal to or greater than 5 and less than 7 being “basic knowledge”, and less than 5 “insufficient knowledge”. The response rate was 51.31%.

Results: 69.2% of the students showed that they can satisfactorily understand the fundamental concepts regarding prescriptions based on the URM and the necessary items for its preparation, recognizing that the inappropriate use of medicines may occur during prescription, dispensation, and use by patients. However, 64.1% showed gaps in the understanding of the WHO proposal concerning the URM, and 66.6% showed a deficiency regarding the identification/prevention of interactions and adverse effects. This fact impairs the selection of drugs and clinical pharmacological conduct, threatening patient safety.

Conclusion: Despite adequate knowledge about the important items for the elaboration of a prescription, the principles and clinical applications that govern and guide the URM are fragile. This study highlights the importance of improving students’ education regarding the URM, as well as of integrating knowledge about medications throughout the dentistry course in order to improve prescription practice and ensure patient safety.

Uniterms: Drug Utilization. Dentistry. Knowledge. Students.

Data de submissão: 20/03/2023

Data de aceite: 08/10/2023

INTRODUÇÃO

Os medicamentos desempenham papel essencial nos sistemas de saúde, porém seu uso inadequado e sem acompanhamento, ou seja, não racional, pode representar importante risco à saúde individual e da comunidade. No Brasil é alta a prevalência do consumo de fármacos e baixa a adesão da população à prescrição, sendo este problema agravado pela automedicação, muito presente na dinâmica social brasileira onde cerca de 80% da população adota essa prática. Fatores como má qualidade da fiscalização na comercialização, propaganda dos medicamentos, não cumprimento da

obrigatoriedade da receita médica para sua comercialização e a carência de informações e instrução da população, em geral, estimulam esse hábito e justificam a preocupação quanto à implementação de estratégias de estímulo ao seu uso racional^(1,2).

O uso racional de medicamentos (URM) foi estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e preconiza que os pacientes recebam medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, nas doses e períodos adequados ao tratamento e ao menor custo. E, nesse sentido, a prescrição adequada envolve o conhecimento sobre os mecanismos de ação, farmacocinética, indicação clínica, posologia,

Autor para Correspondência:

Gleicy Fátima Medeiros de Souza

Rua Irmã Maria David, 200, apartamento 2002, Casa Forte, Recife, Pernambuco. CEP: 52.061-070. Telefone: (081) 98845-9815.

E-mail: gleicy.medeiros@upe.br

potenciais efeitos adversos e interações medicamentosas. O desconhecimento ou não cumprimento das normas de prescrição, doses, intervalos e diluições constituem-se importante fator de erro de medicação, o que pode contribuir para o insucesso do tratamento e surgimento de reações adversas. A prescrição ou receita médica se constitui um instrumento essencial para o URM, por conter as informações necessárias sobre o uso do medicamento como dose, frequência e duração do tratamento adequado ao quadro do paciente⁽³⁻⁶⁾.

A Lei nº 5.081/66 garante ao cirurgião-dentista a liberdade para prescrever medicamentos de diversas classes, sendo mais comum a prescrição de analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos, ansiolíticos e antissépticos bucais, por serem utilizados com mais frequência na rotina clínica. Destacando-se como fundamental para uma prática prescritiva racional e segura o conhecimento dos aspectos farmacoterapêuticos desses produtos⁽⁷⁻¹⁰⁾.

A prescrição de medicamentos busca garantir ao paciente os benefícios de sua administração e limitar a automedicação, devendo sua elaboração se basear nas normas vigentes do país. Na prática clínica da Odontologia são constatados erros de prescrição de antimicrobianos relacionados à indicação inapropriada, erros quanto à duração do tratamento, dosagem, posologia, das vias de administração incorretas, ilegibilidade ou ausência de itens necessários à receita, fato que pode comprometer a terapêutica e gerar dificuldade de compreensão da medicação prescrita por parte do paciente^(7,11,12). Paralelo a isso, é importante também analisar a vivência clínica nas graduações de Odontologia, sendo constatada uma certa insegurança dos estudantes em relação à prescrição e conhecimento deficiente, à identificação dos fármacos e sua correta indicação para o paciente, especialmente, em situações especiais, como gestantes, diabéticos e hipertensos^(8,13).

A prática prescritiva baseada nos princípios do URM, por parte dos estudantes de Odontologia, apresenta nível de conhecimento satisfatório. Entretanto, alguns equívocos podem ser constatados, especialmente, no tocante ao uso e profilaxia com antimicrobianos, os quais quando prescritos de maneira incorreta colocam em risco o bem-estar e a saúde do paciente⁽³⁾. Por outro lado, estudos demonstram que os acadêmicos e profissionais de Odontologia se sentem inseguros para a prescrição de medicamentos. Ressaltam para a necessidade

de aprimoramento e contínua atualização dos conteúdos acadêmicos, de modo a propiciar uma melhoria no aprendizado durante o curso. Ao longo das atividades clínicas o estudante vivencia diversas situações como infecções, dor, processos inflamatórios e ansiedade, para as quais é fundamental o domínio da Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa no manejo adequado dos pacientes^(8,12-14). Destaca-se a necessidade da implementação de novas abordagens para melhorar o conhecimento farmacológico de cirurgiões-dentistas e futuros profissionais, com o intuito de promover o uso racional de medicamentos^(7,13,15).

Medicamentos utilizados racionalmente propiciam benefícios individuais, institucionais e aos sistemas de saúde, especialmente para o paciente, onde a escolha racional proporciona garantia de eficácia, segurança, conveniência e menor custo do tratamento⁽¹⁶⁾. O fornecimento de informações sobre a utilização dos fármacos, como a seleção, gerenciamento adequado dos serviços terapêuticos, farmacovigilância e medidas regulatórias, são necessários a fim de minimizar o uso não racional de medicamentos⁽¹⁷⁾.

O objetivo deste trabalho foi avaliar o nível de conhecimento do estudante de graduação em Odontologia da Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP/UPE), quanto ao conceito e princípios norteadores da prática do URM em sua vivência nas clínicas da graduação.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho é parte integrante do projeto aprovado no CEP/UPE nº 4.240.435/2020. Estudo prospectivo, descritivo de corte transversal, com abordagem quantitativa através de questionário semiestruturado contendo 8 (oito) questões⁽¹⁸⁾. O instrumento foi aplicado de forma on-line aos estudantes de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Pernambuco da Universidade de Pernambuco (FOP/UPE) regularmente matriculados entre os 7º e 10º períodos e que já cursaram as disciplinas de Farmacologia, Terapêutica Medicamentosa e Anestesiologia e que aceitaram participar do estudo voluntariamente através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O cálculo amostral se baseou numa população de 152 estudantes com distribuição homogênea, com nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%, totalizando uma amostra mínima de 109 estudantes.

Para a avaliação do nível do conhecimento foram atribuídas notas para o número de acertos

nas questões 1, 4, 5 e 8, onde cada questão valeu 2,5 pontos totalizando o escore máximo de 10. Os estudantes cujas respostas corretas somaram menos de 5 pontos foram classificados como tendo um nível de informação insuficiente; aqueles que ficaram com pontuação entre 6 e 7 apresentaram nível de informação básico ou regular; e os que totalizaram mais de 7 pontos obtiveram um nível de informação bom ou satisfatório. O nível de conhecimento classificado como “BOM OU SATISFATÓRIO” confere ao estudante conhecimento adequado sobre a prescrição de medicamentos baseada nos princípios do URM. O nível “BÁSICO OU REGULAR” indica que o estudante tem algum conhecimento sobre a prescrição racional, mas necessita de um aprofundamento para utilizar as bases do URM em sua prática clínica. O nível “INSUFICIENTE” não confere ao estudante conhecimento sobre a prescrição de medicamentos baseada nos princípios do URM⁽¹⁹⁾.

O grau de acerto às respostas foi convertido em distribuição percentual, no sentido de facilitar o entendimento, favorecer a homogeneidade e permitir termos de comparação e cruzamento de dados entre as categorias investigadas. Os dados foram processados no programa Microsoft Office Excel

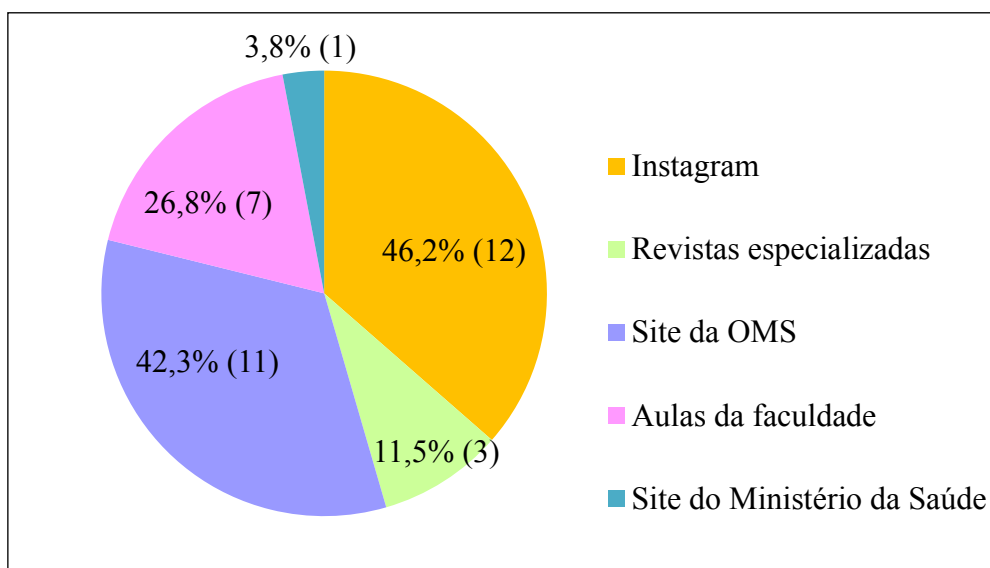
2013, apresentados quantitativamente através de estatística descritiva e sob a forma de gráficos e quadros.

RESULTADOS

Dos 152 questionários aplicados, retornaram respondidos 78 (51,31%) representando uma limitação do estudo por não atingir o número mínimo de indivíduos definido no cálculo amostral, não sendo possível generalizar as conclusões para todos os estudantes. Entretanto é possível explorar os dados descrevendo os dados obtidos para uma análise e inferências diretamente na população estudada. O perfil sociodemográfico da amostra revelou faixa etária predominante de 20 a 23 anos (73%), maioria do sexo feminino (87,2%). A maioria dos questionários, 68%, foram respondidos por estudantes do 9º e 10º períodos e 32% do 7º e 8º períodos.

No total de questionários respondidos, constatou-se que em 64,1% os estudantes informaram desconhecer a proposta da OMS sobre o URM e 35,9% já ouviu falar. Destes constata-se no Gráfico 1 como fonte dessa informação o *Instagram* (46,2%), site da OMS (42,3%) e as aulas na faculdade (23%).

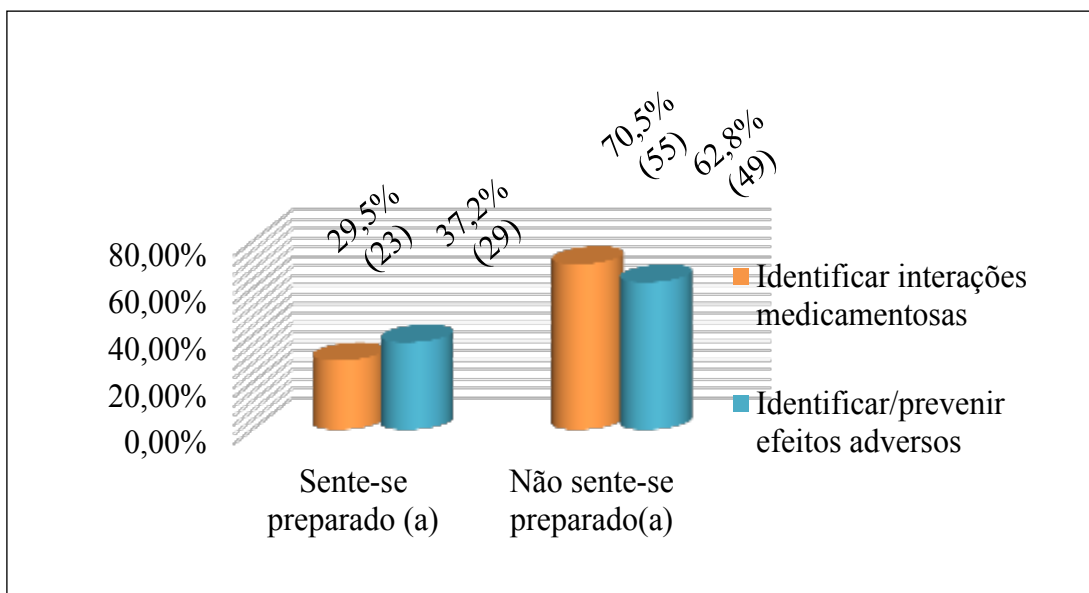
Gráfico 1. Distribuição das respostas em relação à fonte de informação acerca das propostas da OMS sobre URM.



A maioria dos estudantes, numa média de 66,65%, referiu não sentir segurança na identificação/prevenção de interações medicamentosas e/ou efeitos adversos entre os fármacos prescritos e os de uso do paciente

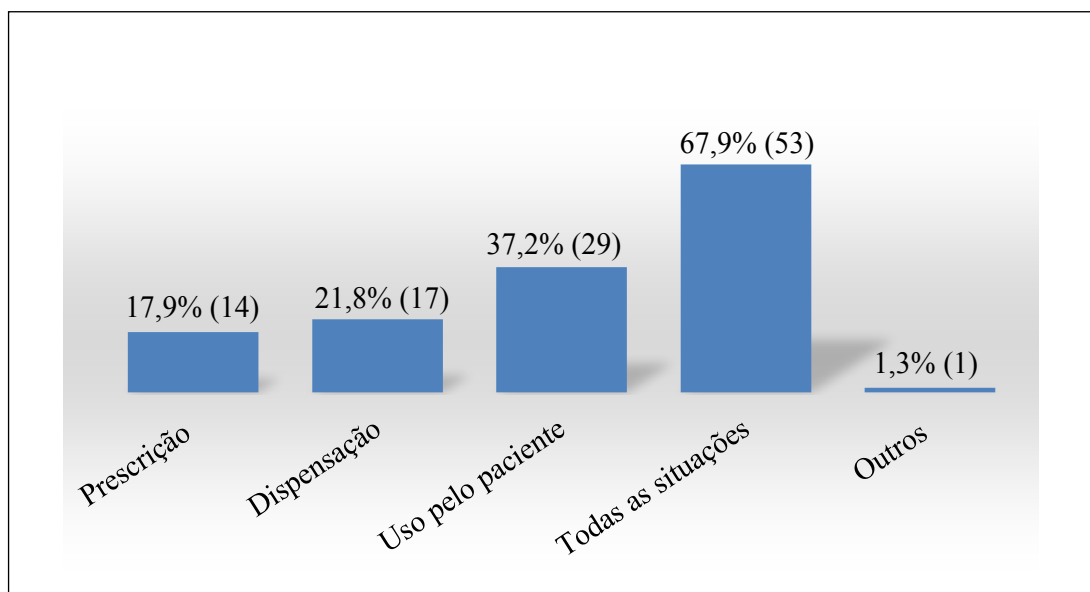
(Gráfico 2). Os estudantes referiram que consultam bulas dos medicamentos (82,1%) e internet (62,4%) para obter as informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre medicamentos.

Gráfico 2. Distribuição das respostas sobre o sentimento de estar preparado para a identificação/prevenção de interações medicamentosas e efeitos adversos.



No que se refere ao momento em que ocorre o uso não racional de medicamentos, a maioria informou ser no momento da prescrição, na dispensação e no uso pelo paciente (Gráfico 3).

Gráfico 3. Distribuição das respostas em relação ao momento em que ocorre o uso não racional de medicamento.



Do total de estudantes, 92,3% responderam que o paciente influencia na prescrição e justificaram a resposta por considerar importante a avaliação do seu estado de saúde, suas condições econômicas, alergias, doenças associadas e o uso de outros medicamentos. Com base nas respostas às questões 1, 4, 5 e 8 constatou-se que 69,23% dos estudantes apresentaram nível satisfatório

de conhecimento em relação à prática do URM, o nível de conhecimento básico foi demonstrado por 25,64% e insuficiente por 5,12%.

De acordo com a Tabela 1, a maioria dos estudantes, em média 91,2%, apresentou conhecimento satisfatório em relação a indicação dos itens fundamentais que devem estruturar uma prescrição com base nos princípios do URM.

Tabela 1. Distribuição do conhecimento dos itens que fundamentam a prescrição com base no URM.

Itens fundamentais à prescrição baseada no URM	Registro por item N (%)	Média do registro dos itens por grupo de princípios de URM	
Prescrição apropriada	75 (96,2%)	73,4 (94,1%)	Prescrição baseada no diagnóstico e condição clínica, com baixo risco de efeitos adversos e interações medicamentosas
Condição clínica do paciente	73 (93,6%)		
Compatibilidade entre medicamentos de uso simultâneo	72 (92,3%)		
Diagnóstico	76 (97,4%)		
Objetivo terapêutico	71 (91%)		
Medicação e dose adequadas	73 (93,6%)	71,3 (91,4%)	Medicamento, dose, posologia, duração e orientações sobre o tratamento
Intervalo e duração do tratamento	71 (91%)		
Fornecimento de informações e recomendações ao paciente sobre o tratamento	70 (89,7%)		
Custo	68 (87,2%)	65,5 (84%)	Acesso ao medicamento e acompanhamento do tratamento
Monitorar o tratamento	63 (80,8%)		

DISCUSSÃO

O conceito do URM é definido como o processo que compreende a prescrição apropriada do medicamento, com disponibilidade oportuna a preços acessíveis, sendo a dispensação adequada e seu consumo dentro de uma posologia que tornam a terapia medicamentosa eficaz, segura e de qualidade. O ato de indicar o uso de fármacos é feito por meio da receita, a qual se caracteriza por uma prescrição escrita do medicamento, contendo orientação de uso para o paciente, efetuada por um profissional legalmente habilitado, quer seja de produto magistral ou industrializado^(3,4,6,10,16,17).

Na presente pesquisa, a maioria dos estudantes cursavam o último ano do curso e informou que o uso não racional de medicamentos pode ocorrer no momento da prescrição, na dispensação pela farmácia e no seu uso pelo paciente, revelando, nesse aspecto, um bom conhecimento. As diversas etapas que compreendem desde a prescrição, comercialização e utilização do princípio ativo deve ser feita com cuidado, atenção e qualidade, de modo a minimizar os riscos e maximizar a efetividade do tratamento. O manejo inapropriado de fármacos, em qualquer de suas etapas, pode ter consequências danosas, como surgimento de eventos adversos, incluindo os letais, de resistência a antibacterianos, farmacodependência e outros.

A prescrição de medicamentos pelo cirurgião-dentista é definida de acordo com a Lei nº 5.081/66 que regulamenta o exercício da Odontologia no Brasil⁽⁸⁾. Estudos demonstram que os grupos de medicamentos utilizados na Odontologia, em sua maioria, são considerados seguros, desde que selecionados, indicados e prescritos com posologia adequada. São, especialmente, utilizados na rotina clínica odontológica os analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos, ansiolíticos e antissépticos bucais, porém esses medicamentos não são isentos de riscos^(3,8,9).

No entanto, estudos constataam a falta de segurança em relação à prescrição de medicamentos na prática clínica de acadêmicos e profissionais de Odontologia^(8,10,13,14). Dados que reforçam o observado no presente trabalho, no qual a maioria dos estudantes avaliados referiu não sentir segurança na identificação/prevenção de interações medicamentosas e/ou efeitos adversos entre os fármacos prescritos e os de uso do paciente. Aspecto preocupante, considerando que a maioria dos respondentes era concluinte do curso estando essencialmente envolvidos na rotina da clínica odontológica. Momento em que se faz necessário o uso de diversas classes de fármacos para os mais diferentes tipos de pacientes, onde muitos são usuários de medicamentos para controle de doenças preexistentes. Espera-se que o concluinte do curso de odontologia tenha

conhecimento suficiente para evidenciar riscos prescritoriais, especialmente no tocante a interações medicamentosas e/ou efeitos adversos. Aspecto que compromete a terapêutica e põe em risco o paciente, a exemplo da prescrição de antimicrobianos em doses, intervalos e diluições inadequadas que contribuem para o insucesso do tratamento, risco de desenvolvimento de resistência microbiana e surgimento de reações adversas^(7,8,10).

Verificou-se que a busca de informações sobre medicamentos ocorre através da consulta às bulas de medicamentos e internet, sendo o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas (DEF), internet, livros didáticos, propagandas da indústria farmacêutica e consulta a outros colegas as fontes mais utilizadas pelos dentistas na busca de informações acerca dos medicamentos. São escassas ou inexistentes a busca de informações sobre medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou sobre o Centro de Informação de Medicamentos, no Formulário Terapêutico Nacional e da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), os quais se configuram como fontes seguras, atualizadas e isentas. Aspectos que reforçam o conhecimento limitado e insuficiente para uma prescrição adequada baseada no URM e o desinteresse desses profissionais pelo estudo e conhecimento atualizado sobre os medicamentos. Salientando a necessidade da formação e atualização contínua desses profissionais, de modo a contribuir para o desenvolvimento do seu senso crítico sobre os medicamentos, o que reforçam a necessidade da implementação de estratégias de divulgação de informações acerca dos princípios e fundamentos que alicerçam o URM^(12,17,18).

A escolha e prescrição de um fármaco precisa estar fundamentada nos princípios e evidências científicas da Farmacologia e no uso racional de medicamentos. Dentro desse contexto a formação dos profissionais prescritores constitui-se aspecto determinante para a compreensão do processo saúde-doença e tipo de assistência oferecida. Desta forma, o conhecimento sobre a Farmacologia e Terapêutica medicamentosa deve ocorrer nos diversos períodos do curso de Odontologia, contribuindo para uma postura segura do estudante e decisão prescritorial perante o paciente, bem como deve ser desenvolvida durante sua vida profissional^(3,5,14).

Um aspecto interessante da presente pesquisa é que a maioria dos estudantes informou que o paciente influencia na prescrição em função da avaliação do seu estado de saúde,

suas condições econômicas, alergias, doenças associadas e uso de outros medicamentos, aspectos que direcionam a escolha do fármaco a ser prescrito. Como também exibiram conhecimento satisfatório em relação a indicação dos itens fundamentais para uma prescrição e sua aplicação prática baseada nos princípios URM. Aspecto que está em conformidade com os preceitos do uso racional de medicamentos, nos quais os pacientes devem receber princípios ativos adequados às suas condições clínicas, nas doses e tempo apropriado ao tratamento^(3,4,6). Apesar disso, é possível constatar conflito desses dados com o desconhecimento da proposta da OMS sobre o URM e a insegurança em relação às interações e reações adversas informado. Panorama que corrobora as observações que os cursos e estudantes de Farmácia, Medicina e Odontologia não privilegiam o URM em seus currículos e práticas acadêmicas. E que o conhecimento está fragmentado, apesar dos graduandos demonstrarem algum conhecimento relativo sobre o tema, esse não se mostrou suficiente para que tenham conexão com seus fundamentos e aplicação clínica^(15,18).

O ensino tem sido voltado para o medicamento, quando deveria partir do diagnóstico para fundamentar a seleção do fármaco e tratamento. Observa-se uma fragmentação entre o ensino da Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa e sua vivência na prática clínica. Na tentativa de minimizar essa problemática é de fundamental importância o contínuo acompanhamento e atualização do conhecimento sobre os fármacos pelo estudante de graduação, objetivando o domínio da terapia medicamentosa segura no manejo de seus pacientes. Bem como, que o ambiente educacional esteja sensível a refletir acerca da prática prescritorial baseada no URM e sua interrelação com a rotina clínica na formação do futuro cirurgião dentista. É importante envidar esforços e reformas curriculares, que contribuam para transformar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem no ambiente educacional na formação acerca da Farmacologia e Terapêutica medicamentosa na odontologia.

Uma limitação do presente estudo refere-se ao percentual de devolutiva das respostas, obtendo-se retorno de um pouco mais da metade dos questionários respondidos por parte dos estudantes. Este aspecto pode estar relacionado à dificuldade em relação ao tema abordado no trabalho ou à insegurança em responder às perguntas propostas. Entretanto, os dados obtidos permitiram descrever as informações

coletadas e, assim, identificar as fragilidades e a problemática acerca do tema. E, também, contribuir para uma reflexão acadêmica, de modo a destacar a importância de favorecer a implementação de ações que contribuam para a minimização do problema, a exemplo da inclusão da temática acerca do URM nos planos de ensino das disciplinas de Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa das instituições de ensino.

Por fim, constata-se a importância de se refletir sobre as atividades pedagógicas institucionais que abordam os conhecimentos do URM e sua interrelação com a prática clínica do futuro cirurgião dentista. Buscando, assim, contribuir para transformar e melhorar os processos de ensino e aprendizagem no ambiente educacional da Farmacologia e Terapêutica medicamentosa e a formação na odontologia. Destaca-se, ainda, que algumas estratégias para a promoção do uso racional de medicamentos são acessíveis e passíveis de serem utilizadas, inclusive no ambiente dos cursos de graduação, envolvendo prescritores, pacientes e serviços farmacêuticos, tais como a cuidadosa seleção de medicamentos, gerenciamento adequado dos serviços farmacêuticos, dispensação e uso apropriado de fármacos pelos prescritores e medidas de farmacovigilância, que incluam a educação dos usuários quanto aos riscos da automedicação, da interrupção e da troca da medicação prescrita.

CONCLUSÃO

A maioria dos estudantes avaliados no presente estudo apresentou conhecimento satisfatório acerca dos conceitos básicos da prescrição baseada no Uso Racional de Medicamentos (URM) e reconhece os riscos do uso inadequado de medicamentos durante a prescrição, dispensação e administração pelos pacientes. No entanto, alguns têm lacunas na compreensão da proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o URM e falhas na identificação e prevenção de interações e efeitos adversos entre medicamentos. Aspectos que comprometem a seleção dos medicamentos e a orientação farmacológica, colocando em risco a segurança do paciente. Apesar do conhecimento adequado sobre os elementos essenciais para a elaboração de uma prescrição, a compreensão dos princípios e aplicações clínicas do URM é frágil. O estudo destaca a importância de melhorar a formação dos estudantes sobre o URM, integrando o conhecimento sobre medicamentos ao longo do curso de Odontologia para aprimorar

a prática prescritiva e garantir a segurança dos pacientes.

CRedit - CONTRIBUIÇÕES AUTORES

Marystela Gomes do Nascimento Vasconcelos: Desenvolvimento, investigação, coleta e análise dos dados, discussão dos resultados, elaboração e redação do manuscrito.

Gleicy Fátima Medeiros de Souza: Concepção, análise e revisão dos dados, discussão dos resultados, elaboração e redação do manuscrito.


Tayná Lins Ferreira dos Santos: Análise dos dados, discussão dos resultados, redação do manuscrito.


Amanda Maria Ferreira Barbosa: Análise e revisão dos dados, redação e revisão do manuscrito.


CONFLITOS DE INTERESSE


Os autores declaram não haver conflito de interesses.

ORCID

Marystela Gomes do Nascimento Vasconcelos  <https://orcid.org/0000-0001-7883-0299>

Gleicy Fátima Medeiros de Souza  <https://orcid.org/0000-0002-9408-8888>

Tayná Lins Ferreira dos Santos  <https://orcid.org/0000-0003-1734-0987>

Amanda Maria Ferreira Barbosa  <https://orcid.org/0000-0002-6447-5094>

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Cartilha para a promoção do uso racional de medicamentos. Brasília, DF. 2015. [citado 2022 Mai 10]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_promocao_uso_racional_medicamentos.pdf
2. Conselho Federal de Farmácia (CFF). Uso de medicamentos. Brasília, abril 2019. 84 p., il. [citado 2022 Abr 10]. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/Uso_de_Medicamentos_-_Relatório_final.pdf
3. Assunção ELF, Moraes Júnior RM, Ferreira FA. Conhecimento dos acadêmicos de odontologia acerca da prescrição de fármacos. Bionorte. 2017;6(1):23-33.

4. Kumar A, Jain S, Dangi I, Chowdary, Shalini C, Omprakash C et al. Ideal drug prescription writing. *World J Pharm Pharm Sci.* 2019;8(3):634-54.
5. Padoin K, Comarella L, Solda C. Medicamentos comumente prescritos na odontologia e suas principais interações medicamentosas: revisão de literatura. *J Oral Investig.* 2018;7(1):62-76.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Uso de medicamentos e medicalização da vida: recomendações e estratégias. [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 33 p.: il. [citado 2022 Abr 21]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/medicamentos_medicalizacao_recomendacoes_estrategia_1ed.pdf.
7. Carvalho AA, Almeida Junior LA, Cerdeira CD, Santos GB. Visão farmacoterapêutica em odontologia, frequência e classes de medicamentos prescritos em uma clínica odontológica de um município do sul de Minas Gerais-MG. *ROBRAC, Rev Odontol Bras Central.* 2017;26(79):48-51.
8. Catarino KFF; Lorenzzi SCS; Uzeda MJPG; Louro RS; Maia MDC; Sá JCT et al. Como fazer uma correta prescrição medicamentosa e quais os importantes cuidados? *Rev Flum Odontol.* 2021;XXVII(55):108-20.
9. Melo AMMF; Mestriner JEB; Berndt MA; FerreiraMBC. Análise de padrão de prescrição odontológica em unidades de saúde pública de um município de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Visao Acad.* 2021;22(2):34-44.
10. Neves M, Santoro MMW, Paula GS, Caetano PI. Prescrição medicamentosa em odontologia, suas normas e condutas - uma revisão de literatura. *Estaç Cient.* 2021(25):1-25.
11. Santos PRA, Rocha FLR, Sampaio CSJC. Ações para segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento. *Rev Gauch Enferm.* 2019;40(esp):e20180347.
12. Caliar BM, Rosa FS, Souza AC, Martins VM, Caliar LR, Caliar LR et al. Erros nas prescrições medicamentosas odontológicas: um estudo transversal em drogarias. *Res, Soc Dev.* 2021;10(15):e485101522494.
13. Dantas EJA, Rolim AKA, Souza PHS, Pereira JS, Souza SLX. Information level of dental students and dental surgeons on prescription in a city of Paraíba state, Brazil. *Res, Soc Dev.* 2020;9(7):1-18, e574974573.
14. Arnaud RR, Costa JBRF, Romão TCM, Santos MGC, Silva FVD, Andrade KS et al. Conhecimento de acadêmicos de Odontologia sobre a prescrição antibiótica em tratamentos endodônticos. *Arch Health Invest.* 2021;10(7):1195–200.
15. Micali IA. Estudo para promoção do ensino do uso racional de medicamentos nos cursos de graduação em farmácia, medicina e odontologia [dissertação]. Natal (RN): Centro de Ciências da Saúde UFRN; 2019.
16. IOPAS/OMS – Organização Pan-Americana de Saúde. Uso racional de medicamentos: fundamentos em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da assistência farmacêutica. Brasília. 2015. [citado 2021 Mar 27]. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php,0?option=com_docman&view=list&layout=default&slug=serie-uso-racional-medicamentos-284&Itemid=965.
17. Esher A, Coutinho T. Uso racional de medicamentos, farmacêuticalização e usos do metilfenidato. *Cienc Saude Colet.* 2017;22(8):2571-80.
18. Figueiredo RR. Uso racional de medicamentos na odontologia: conhecimentos, percepções e práticas [dissertação]. Salvador (BA): Instituto de Saúde Coletiva UFBA; 2009.
19. Carneiro CAN, Castro LLC. Contribuição ao uso racional de medicamentos: conhecimento das equipes de saúde sobre fatores que envolvem o uso de medicamentos nos hospitais de campo grande (MS). *INFARMA.* 2007;19(1/2):10-6.

Uso racional de medicamentos: conhecimento de estudantes de Odontologia

Objetivo: Foi avaliado o conhecimento acerca do conceito, princípios e itens fundamentais para a prescrição baseada no URM de estudantes dos últimos períodos de graduação de odontologia.

Métodos: Estudo de natureza descritiva, corte transversal e abordagem quantitativa, através da aplicação de 152 questionários on-line, sendo aprovado no CEP/UPE nº 4.240.435/2020. Atribuiu-se notas para os acertos das questões, sendo nota igual ou superior a 7 a de “nível de conhecimento bom”; igual ou superior a 5 e inferior a 7 “conhecimento básico” e menor que 5 “conhecimento insuficiente”. A taxa de retorno de respostas foi 51,31%.

Resultados: 69,2% dos estudantes compreendem satisfatoriamente os conceitos fundamentais acerca da prescrição baseada no URM e os itens necessários A sua elaboração, reconhecendo que o uso inadequado dos medicamentos pode ocorrer durante a prescrição, dispensação e uso por parte dos pacientes. Porém, 64,1% apresentam lacunas no entendimento da proposta da OMS sobre o URM e 66,6% deficiência quanto à identificação/prevenção de interações e efeitos adversos. Fato que põe em risco a seleção de fármacos e conduta clínica farmacológica, ameaçando a segurança do paciente.

Conclusão: Apesar do conhecimento adequado sobre os itens importantes para a elaboração de uma prescrição, os princípios e aplicações clínicas que regem e norteiam o URM é frágil. O estudo destaca a importância de melhorar a formação dos estudantes em relação ao URM, integrando o conhecimento sobre medicamentos ao longo do curso de Odontologia para aprimorar a prática prescritiva e garantir a segurança dos pacientes.

Descritores: Uso Racional de Medicamentos. Odontologia. Conhecimento. Estudantes.